

## Coluna do Castelo

ECONOMIA  
DO BRASIL  
Constituinte e instabilidade

**S**EGUNDO observadores que mantêm contacto com o mundo empresarial, a expectativa de investimentos que explorem a conjuntura criada pelo Plano Cruzado é, por enquanto, positiva apenas no que se refere à empresa nacional. Os investimentos não só já se fazem como o planejamento se intensifica para acelerar o incentivo da produção antes que se esgote a capacidade ociosa do parque industrial. Há também investimentos na agricultura, com o relaxamento das tensões provocadas pela reforma agrária, que assume hoje ritmo mais racional e menos passional.

O problema está em que a poupança interna é insuficiente para cumprir sozinha o aquecimento, no grau desejado, da economia nacional e os recursos do fundo especial criado pelo plano de emergência estariam sendo corroídos pelos imperativos da conjuntura que obrigam o governo a importar além das previsões e que geram a necessidade de manter incentivos, ao invés de eliminá-los, no setor das exportações. Os investimentos externos seriam, portanto, a chave para o pleno êxito da política de lançar o Brasil até o ano 2000 no quinto ou sexto lugar das nações com maior renda interna.

Há disponibilidade no primeiro mundo para tais investimentos, mas a situação interna do Brasil é considerada ainda instável, menos em função dos problemas oriundos do Plano Cruzado, que seriam reajustamentos praticáveis sem maiores abalos, e mais em função do quadro político que se esboça com a instalação no próximo ano de uma Assembléia Nacional Constituinte. Se a situação econômica tende à estabilidade, a situação política poderia tender à instabilidade, dada a hipótese do ingresso na Constituinte de um número excessivo de representantes hostis ao capital estrangeiro e à presença das multinacionais em setores para elas vitais como apelo de investimento.

As grandes empresas multinacionais que operam no Brasil mantêm em suspenso seus projetos de expansão enquanto multiplicam suas sabatinas com especialistas em informações políticas e econômicas, nem sempre bastante seguros nas suas avaliações quanto à composição de forças e ao seu equilíbrio na futura assembléia. Tem-se de um modo geral a impressão de que o PMDB, embora uma força heterogênea, poderá homogeneizar-se para efeitos políticos em decorrência de uma vitória

global da qual surjam rendimentos para cada uma das suas facções. A unidade eclética do PMDB poderia não sustentar posições xenófobas mas iria impor ao governo Sarney a extensão de práticas nacionalistas a outros setores da vida econômica.

A escala da vitória do PMDB pode constituir-se assim num desestímulo imediato a investimentos estrangeiros no começo do próximo ano, embora se admita que o entreechoque ideológico no interior da Constituinte possa modificar o panorama e afetar até mesmo a unidade do principal partido que emergirá das urnas de novembro. O correr dos meses poderá consolidar na Assembléia Constituinte a formação de blocos, à semelhança do que houve no período João Goulart, quando o Congresso era dominado menos pelos partidos do que pela Frente Parlamentar Nacionalista e a Aliança Democrática Nacional, essa, como se verificaria até mesmo em comissões de inquérito, fortemente influenciada pelas agências norteamericanas que intervieram na política interna do país. Lembre-se da declaração do ex-embaixador Lincoln Gordon de que, para a eleição de 1962, só pelas suas mãos haviam passado 5 milhões de dólares.

Não se espera que o fenômeno do Ibad se renove, mesmo porque estamos longe do radicalismo da década de 60, mas correntes antagônicas sob inspiração das forças populistas e esquerdistas, de um lado, e do empresariado, de outro lado, podem gerar conflitos só solucionáveis pelo grau de prestígio que demonstrar na época o presidente José Sarney. Se ele detiver seu índice atual de popularidade e puder assim impor-se às correntes partidárias e às frentes parlamentares, poderá conduzir com equilíbrio a elaboração de uma Constituição que não agrave a expectativa de investimentos externos, que seriam indispensáveis como complementação dos investimentos internos.